

ACESSO À INFORMAÇÃO: ASPECTOS POLÍTICOS E DIDÁTICOS NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS EM JUAZEIRO DO NORTE NO ÂMBITO DA LEI 12.527/2011

ACCESS TO INFORMATION: POLITICAL AND DIDACTIC ASPECTS IN PUBLIC SCHOOL LIBRARIES IN JUAZEIRO DO NORTE UNDER LAW 12,527/2011

ACCESO A LA INFORMACIÓN: ASPECTOS POLÍTICOS Y DIDÁCTICOS EN LAS BIBLIOTECAS ESCOLARES PÚBLICAS DE JUAZEIRO DO NORTE EN EL ALCANCE DE LA LEY 12.527/2011



DOI: 10.5281/zenodo.10068108

MARTINS, Rodrigo Nóbrega

<http://orcid.org/0000-0001-8930-610X>

ACAE - Associação Cultural Aldeia Encantada

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite

URCA – Universidade Regional do Cariri

RESUMO

O presente artigo pretende discorrer sobre a importância de políticas públicas de acesso à informação na área da educação. Enquadrar-se nos parâmetros legais de acesso à informação, propiciando amplo e fácil acesso como condição fundamental para a formação discente. A proposta do presente artigo procura traçar uma linha avaliativa, verificando o desempenho das bibliotecas escolares de Juazeiro do Norte, Ceará, como papel central na mediação do acesso à informação, no âmbito da biblioteca escolar e sua pertinência para a formação do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: acesso à informação, biblioteca escolar, formação discente.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of public policies for access to information in the area of education. To be in accordance with the legal parameters of access to information, providing broad and easy access as a fundamental condition for student training. The purpose of this article is to evaluate the performance of the school libraries in Juazeiro do Norte, Ceará, as a central role in the mediation of access to information within the school library and its relevance to the education of the individual.

KEY WORDS: access to information, school library, student training.

RESUMEN

El presente artículo pretende discurrir sobre la importancia de políticas públicas de acceso a la información en el área de la educación. Enmarcarse en los parámetros legales de acceso a la información, propiciando amplio y fácil acceso como condición fundamental para la formación discente. La propuesta del presente artículo busca trazar una línea evaluativa, verificando el desempeño de las bibliotecas escolares de Juazeiro do Norte, Ceará, como papel central en la mediación del acceso a la información, en el ámbito de la biblioteca escolar y su pertinencia para la formación del individuo.

PALABRAS CLAVE: acceso a la información, biblioteca escolar, formación discente.

1 INTRODUÇÃO

Não resta dúvida sobre a importância da biblioteca escolar, como um dos mais importantes organismos escolares empenhados na complementação da proposta didático-pedagógica iniciada em sala de aula. Quando em pleno vigor, funciona como ambiente de pesquisa, de aprofundamento, de alargamento dos horizontes explorados e, sobretudo, como

ambiente onde se pratica a criticidade, porque ali o estudante tem contato com outras visões, outros entendimentos, novas concepções, diversas inclusive, das opiniões tantas vezes defendidas em sala de aula pelo próprio docente.

Mas os labores pertinentes à biblioteca escolar não têm somente caráter complementar. Cumpre à biblioteca escolar destacado protagonismo no cultivo, junto ao seu público, da atitude científica, da postura investigativa, justamente pela diversidade de opiniões e raciocínios que estudantes, nela, podem encontrar.

Esta diversidade e este exercício dialéticos permitem ao estudante liberdade para interagir com o que concorda e com o que discorda. Cultiva-lhe o respeito pelo contrário e permite-lhe o exercício da liberdade e da democracia, quando o incita a decidir sobre que concepção de mundo, vida e sociedade adotar para si, respeitando as demais opiniões.

Também é missão da biblioteca escolar promover o idioma nacional; prover acesso a fontes literárias; fornecer livros e materiais não bibliográficos ao estudante; apoiar campanhas e projetos de letramento e alfabetização, disponibilizando livros adequados aos neo-alfabetizados; ser depositária do acervo da inteligência e da história da escola, entre outras.

Mas para que a biblioteca escolar cumpra satisfatoriamente tais expedientes, ela deve ter uma estrutura mínima, satisfazendo alguns pré-requisitos. Sobretudo, não basta ter um vasto acervo. É preciso que o acesso a este ocorra de modo adequado, com presteza e precisão, sem ser enfadonho e exaustivo aos estudantes, seus principais usuários.

Noutros termos, para que a biblioteca escolar cumpra sua missão junto à sociedade, o acesso à informação deve ser eficiente, conforme previsto pela Lei n.º 12.527 de 2011, que garante o acesso a informações conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diante de tal contexto, surge, inevitável, o questionamento que norteou a presente pesquisa: as bibliotecas das escolas públicas de Juazeiro do Norte promovem, junto a seu público, o acesso à informação de forma satisfatória?

Para responder a tal questionamento foi realizado um levantamento junto às 60 (sessenta) escolas de ensino fundamental II, tanto urbanas quanto rurais, que compõem o recorte do estudo ora em comento.

Desta forma, caracteriza-se a presente pesquisa como quantitativa e qualitativa, exploratória, descritiva, de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa

quantitativa é aquela que pode ser mensurável. As pesquisas descritivas buscam descrever as informações obtidas de determinada amostra e/ou população, estabelecendo relações entre as variáveis estudadas.

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar como se dá o acesso à informação nas bibliotecas escolares na rede pública de educação no município de Juazeiro do Norte no âmbito da lei nº 12.527/2011. São objetivos específicos: (1) quantificar o percentual de escolas de ensino fundamental II da rede pública de Juazeiro do Norte que dispõe de biblioteca; (2) verificar o número de bibliotecas que dispõem de bibliotecário em sua gestão; (3) verificar quantas bibliotecas possuem sala de leitura para uso dos estudantes.

Para obter os resultados e as respostas acerca da problematização apresentada e dos objetivos definidos, realizou-se a coleta de dados junto à secretaria de educação do município em questão e junto às escolas. Os dados foram coletados mediante aplicação de questionário em entrevistas semiestruturadas.

A hipótese inicial aponta para o fato de que a maioria das escolas apresentam biblioteca, embora nem todas apresentem sala de leitura. Contudo, também integra a hipótese o fato de que o acesso se dá de forma precária por uma série de fatores a serem elucidados no decorrer do estudo.

Justifica-se a presente pesquisa pelo fato cabal de que o devido acesso à informação é considerado direito fundamental subjetivo por diversas nações. Igualmente justifica o estudo o fato de que os indivíduos atendidos pelas bibliotecas escolares estão em processo de formação leitora e deficiências acumuladas ao longo desse processo podem ter consequências por toda vida do estudante.

Justifica ainda a presente pesquisa o fato de que negar a biblioteca escolar ao estudante é restringi-lo de um grande e proveitoso acervo de livros e outros materiais dos quais ele não pode prescindir para sua vida adulta.

2 ASPECTOS DEMOCRÁTICOS, POLÍTICOS E LEGAIS OFERTADOS AOS ESTUDANTES

Nunca dantes na história da humanidade, o acesso de forma correta à informação teve tanta importância como na era atual. Após o advento da internet, num momento em que informações, verdadeiras e falsas, abundam de todos os lados; quando partidos políticos, grandes empresas e diversos outros segmentos, imbuídos de antiéticos propósitos, produzem

fake news em função do que desejam; sobretudo, quando considerável gama das informações veiculadas diariamente são inescrupulosamente manipuladas, ter acesso a informações precisas, selecionadas, otimizadas; ter acesso a informações que possam ser sistematizadas e que possam representar conhecimento e criticidade, é condição de grandessíssima importância para a formação do indivíduo e sua participação de forma democrática na sociedade.

Neste sentido, o adolescente, conforme aponta Menezes (2009) que já foi figura inexistente neste universo informacional, saiu da obscuridade e tem adquirido, notadamente na contemporaneidade, cada vez mais visibilidade social, sobretudo porque é já nas tenras idades que o senso político, democrático e participativo deve ser cultivado.

Buscando atender a essa fundamental necessidade crítica e democrática, tem-se a biblioteca pública escolar, como promotora dos primeiros rudimentos desta politização já no ensino fundamental. Miranda (1978) corrobora quando postula que é incumbência da biblioteca pública fornecer materiais para que os estudantes possam informar-se sobre tudo que possa afetar a sua própria vida.

No entendimento do autor, o usuário tem o direito de encontrar na biblioteca local os textos de leis, decretos, diversos instrumentos do universo político-jurídico e toda gama de informação pertinente que possa interessar-lhe e influenciá-lo como cidadão. No mesmo sentido aponta Mukherjee (1985, p. 21), ao afirmar que a biblioteca “é, talvez, a única instituição social que oferece condições para a participação integral e máxima dos indivíduos, de modo que, estes tenham condições de usufruir das melhores tradições da democracia”.

Diante de tal contexto, ensinar crianças e adolescentes a se conduzirem frente à sociedade da informação e do conhecimento, faz-se extremamente necessário no sentido de cultivar, não o gosto pelo acúmulo informacional, amalhando dados que em nada os ajudarão em sua vida e em seu convívio social, mas estabelecendo condições para que este público desenvolva em si mesmo uma seletiva assimilação de conteúdos, cultivando uma consciência crítica diante da grande quantidade de informações disponíveis nas diversas fontes existentes.

Para Pimentel (2007) este espaço reflexivo é a biblioteca escolar, inclusive porque, segundo Caldin (2003), a biblioteca escolar é o local onde, geralmente, se apresenta a leitura como uma atividade natural e prazerosa, além do fato cabal de que, para muitas crianças, a biblioteca escolar configura-se como a única oportunidade de ter acesso a livros que não são didáticos.

Além do supra posto, o direito de acesso à informação pública é considerado um direito humano fundamental por vários organismos internacionais, sendo entendido mesmo como a síntese dos direitos humanos no processo de efetivação da cidadania, sem o qual os outros direitos ficariam prejudicados.

A mobilização pelo acesso à informação pública parte do entendimento de que o direito à informação se configura como um direito social, ou um direito que antecede os demais e que subsidia o exercício dos direitos políticos ou sociais (MARTINS; REIS, 2014, p. 167).

Diante disso, tem-se na legislação brasileira pelo menos duas leis federais de considerada importância para o acesso à informação no que tange às bibliotecas escolares. A primeira delas é a Lei nº 12.527 de 2011, conhecida por Lei de Acesso à Informação. A outra é a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

3 ASPECTOS FORMATIVOS OFERTADOS AOS ESTUDANTES

Esta importância do acesso à informação no âmbito da biblioteca escolar como meio de cultivo democrático se junta a outro fator de grande calado educacional. Se durante tanto tempo, sobretudo pela pedagogia tradicional, o estudante foi visto como uma tábua rasa, um mero depósito acumulador de informações pré-estabelecidas pelos currículos escolares, que recebia os conteúdos passivamente, ouvindo o docente falar, hoje a situação é diametralmente oposta.

O homem que vai à escola no século XXI é finalmente visto de maneira diferente de como o percebiam cem anos antes. Trata-se de uma criatura holística, dotada de um poder criativo incomensuravelmente amplo, pronta para ser estimulada por uma nova escola [...] que compreenda a plenitude de sua diversidade (ANTUNES, 2002, p. 10).

Os horizontes disponíveis ao indivíduo no universo escolar do ano de 2020 distam sobremaneira das possibilidades de outras eras e esta situação requer uma maior precisão informacional. Se o indivíduo mudou; se a sociedade mudou; se as informações e suas dinâmicas mudaram, por conseguinte a forma de gerenciamento destas informações também mudou. E os que conduzem a biblioteca escolar precisam estar muito atentos a tais mudanças.

Conforme declara a *International Federation of Libraries Associations* (IFLA) (2005), é missão da biblioteca escolar proporcionar informações e ideias fundamentais capazes de tornar seus usuários bem-sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento.

O que se espera da biblioteca pública [inclusive a biblioteca escolar] é colaborar para que os indivíduos aprimorem suas habilidades na obtenção de informação, sendo capazes de se mobilizarem e se desenvolverem tendo a informação como alicerce para esta transformação (SILVA, 2012, p. 29).

Por esses motivos, a biblioteca escolar, através dos profissionais que nela atuam, precisa se preparar para conhecer as necessidades informacionais das crianças e dos adolescentes, objetivando a promoção da competência informacional infanto-juvenil, através de serviços, de sistemas de recuperação da informação e até mesmo de linguagens de indexação específicas para este público. Desta forma, é possível proporcionar aos infanto-juvenis o acesso às informações de que precisam, através de recursos que os estimulem e os cultivem como seres autônomos, independentes e proativos, qualidades essenciais para a sobrevivência numa sociedade exigente e competitiva.

Dentro de tal contexto, não se pode desprezar as diferentes e diversas nuances de significados que o termo 'informação' adquire nas diversas áreas do conhecimento, tendo em vista uma série de variantes situacionais nas quais sua significação pode ser aplicada. Não que o termo mude diametralmente de uma área a outra, mas pode-se mudar o entendimento de alguns de seus aspectos, tendo em vista o público a que se destina.

Não por acaso, as várias abordagens de pesquisas que discutem cientificamente o conceito de informação demonstram enfática e fartamente que o contexto e o uso nos quais ela se encontra são fatores, se não determinantes, muito influentes para defini-la desse ou daquele modo. Neste sentido, destacam-se as bastantes observações de Capurro e Hjørland (2007) ao considerarem que a informação precisa atender, com especificidade, às necessidades de um grupo-alvo. *Ipsis verbis*:

Com relação ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como informação – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto [...] contém diferentes informações [...] Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta de uma questão (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 187).

Esse aspecto mostra-se extremamente pertinente a partir do momento em que se analisam as atuais demandas informacionais, tanto individuais quanto coletivas, nas quais a especificidade, como fator de otimização do processo informacional, ganha cada vez mais importância. Mas otimização e especificidade somente serão devidamente contempladas se houver uma mediação entre a informação e o usuário para o qual ela é direcionada. Do contrário, esta será uma relação estéril, desfocada e, por conseguinte, não atenderá satisfatoriamente às necessidades e aos objetivos para os quais se propõe.

Exempli gratia, uma biblioteca universitária atende um público diametralmente diverso do público atendido por uma biblioteca escolar numa escola pública de ensino fundamental. Malgrado serem, ambas, bibliotecas destinadas a estudantes, suas políticas de acesso à informação devem ser direcionadas e específicas. Neste sentido, a escolha do sistema classificatório para bibliotecas escolares varia entre os diversos autores que tratam do assunto.

Pimentel (2007) e Silva (2002) optam pela CDU (sistema de classificação documentária desenvolvido pelos bibliógrafos belgas Paul Otlet e Henri la Fontaine no final do século XIX). Há também a CDD (Classificação Decimal de Dewey (em inglês: Dewey Decimal Classification; DDC ou CDD, comumente utilizada em bibliotecas públicas e escolares ao redor do mundo).

Sobre catalogação em bibliotecas escolares, com vistas a uma maior didatização, Campello (2010) apresenta as propostas elaboradas pelo Grupo de Estudo em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG em 2010. Tal grupo compôs indicadores de qualidade pelos quais as bibliotecas escolares devem ter, no nível básico: incluídos no catálogo da biblioteca pelo menos os livros do acervo, permitindo recuperação por autor, título e assunto; no nível exemplar: o catálogo da biblioteca deve ser informatizado e possibilitar o acesso remoto a todos os itens do acervo; permitindo, além da recuperação por autor, título e assunto, a recuperação por outros pontos de acesso, como títulos de capítulos, disciplinas correspondentes etc.

Há, outrossim, quem defenda alternativas. Para Vianna (2008) algumas adaptações - com vistas a um maior aporte didático - na classificação para bibliotecas escolares poderão ser necessárias, mas ressalta que tão logo o adolescente entre na fase de leitura permanente e de busca de informação para seus trabalhos escolares, deve entender a organização padronizada dos materiais na biblioteca, que, se frequentada sistemática e constantemente, possibilitará ao

estudante a assimilação natural dos procedimentos necessários para explorar os materiais e informações que ela possui.

Do contrário, explica a autora, a utilização de formas simplificadas de organização de seus acervos, como, por exemplo, o uso de cores para agrupar os materiais, que a princípio parece extremamente prático e didático, pode, se descontextualizado, impedir que os alunos conheçam os protocolos consolidados de organização de bibliotecas com as quais poderão se deparar mais tarde, em sua vida escolar e/ou acadêmica.

O supra posto tem a finalidade postular que, inequivocamente, se o excesso ou a falta de informações atrapalha, informações que são administradas de forma desorganizada, assistemática e inespecífica atrapalham em maior ou menor tônus. Informações soltas, não relacionadas entre si, dispersas, descontextualizadas, igualmente desfavorecem o processo.

No exemplo acima, é evidente que a biblioteca escolar de ensino fundamental deve se revestir de acervo e protocolos específicos, com vistas ao acesso preciso e presto, mas também didático e facilitado à informação. Sobretudo, deve propiciar um acesso à informação de forma mais didática do que o que se pratica na biblioteca universitária até um certo ponto da vida estudantil. Acrescenta-se, entretanto, que esta mesma biblioteca escolar deve prover meios de introduzir o estudante na organização e nos protocolos-padrão de uma biblioteca destinada a adultos.

Neste comenos, inobstante ao fato de haver práticas e entendimentos em contrário, convém considerar que a biblioteca não é apenas lugar restrito a técnicas bibliográficas e documentais unilaterais, frias, estáticas. Sobretudo, quando inserida no contexto escolar, a biblioteca deve ser aconchegante e, por isso, potencializadora de processos socioculturais-educativos diversos, promovendo a emancipação humana.

Nestes termos, como propõe Habermas (2002, p. 100), “os organismos só podem ser descritos enquanto pessoas quando e na medida em que forem socializados, isto é, penetrados por conjuntos de sentido culturais e sociais e estruturados através deles”. Sendo assim, as bibliotecas escolares precisam ser reconhecidas como organismos vivos, células do mundo da vida, promotoras da renovação, reprodução e fortalecimento das representações culturais, sociais e pessoais.

Para isso, é imprescindível conceber políticas públicas voltadas à promoção do acesso e uso de suas informações de forma específica e otimizada para tal público. Andrychuck (*apud* Jardim; Silva; Nharreluda, 2009, p. 9) pondera:

Política pública constitui então um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política pública [para biblioteca] compreende o acesso e uso da informação.

É, entretanto, forçoso asseverar que as políticas públicas devem estar previstas em lei e serem praticadas de forma séria e comprometida pelos poderes públicos, caso contrário transforma-se em falácia que somente prejudica a população de maneira geral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com dados colhidos junto à Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte, em 2018 houve 16.183 matrículas no ensino fundamental II. Os dados do ano de 2019 ainda não foram publicados e estão em perspectiva de atraso frente às diversas dificuldades impostas pela pandemia do COVID-19. A tabela a seguir discrimina de forma detalhada a distribuição de matrículas por série no ano de 2018.

Tabela 1 - Total de matrículas por série

Ano letivo	Número de matrículas por série
6.º ano letivo	4.511
7.º ano letivo	4.187
8.º ano letivo	3.875
9.º letivo	3.610
Total de matrículas	16.183

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme dados coletados, maioria das escolas do município tem biblioteca escolar. O percentual, embora em desacordo com a Lei 12.244 (que estabelece que todas as escolas devem ter biblioteca), apresenta-se alto em relação a outros municípios e ao Brasil de forma geral. "Dados do

Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019 apontam que apenas 45,7% das escolas públicas de ensino básico contam com bibliotecas ou salas de leitura em suas instalações” (LIMA, 2019).

Tabela 2 - Percentual de escolas com e sem bibliotecas

Status	Dados percentuais
Escolas sem bibliotecas escolares	13,2%
Escolas com bibliotecas escolares	86,8%

Fonte: dados da pesquisa.

O cruzamento dos dados destas duas primeiras tabelas permite compor uma média aritmética de alunos/escola e alunos/biblioteca. Reiteram-se os bons índices já alcançados pelo município de Juazeiro do Norte.

Tabela 3 - Média de alunos por escola e média de alunos por biblioteca

Discriminação	Dados percentuais
Média de alunos por escola	269,72
Média de alunos por biblioteca escolar	311,21

Fonte: dados da pesquisa.

Significa dizer que o município apresenta uma média de 311,21 usuários por biblioteca escolar. Levando-se em conta que este organismo é gerenciado por um professor de área incerta – que não tem formação para gerir uma biblioteca - esta média parece alta. A ausência de bibliotecários baixa a qualidade e a eficiência do atendimento ao usuário, que afeta, indubitavelmente, a qualidade do acesso à informação.

Dividindo-se pelos dias úteis de determinado mês, que variam entre 18 e 21 dias, ter-se-á uma média vai de 14,80 até 17,27 alunos por dia, contando que cada estudante visite a biblioteca uma vez por mês. Se dividirmos estes alunos por turno, a média surge-nos adequada, já que a biblioteca receberá, por turno, de 7 a 8 estudantes. Contudo, o cálculo leva em consideração que o estudante vá à biblioteca somente uma vez ao mês.

Quando comparados os dados da zona rural com os dados da zona urbana, fica fartamente demonstrado que o município em questão - no que diz respeito à zona urbana - está em vias de contemplar a lei 12.244, que trata da universalização das bibliotecas em estabelecimentos educacionais, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Percentual de escolas urbanas com e sem bibliotecas

Status	Dados percentuais
Escolas com biblioteca	97,6%
Escolas sem biblioteca	2,4%

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se, entretanto, que tal fato não ocorre com relação à zona rural, conforme evidencia a tabela a seguir. Na verdade, pouco mais da metade das escolas rurais contam com uma biblioteca escolar. Verifica-se grande disparidade entre os percentuais das duas zonas estudadas.

Tabela 5 - Escolas rurais com e sem biblioteca

Status	Dados percentuais
Escolas com biblioteca	63,2%
Escolas sem biblioteca	36,8%

Fonte: dados da pesquisa.

Outro ponto pesquisado diz respeito às salas e/ou instalações de leitura. Este fato se faz importante porque entende-se por biblioteca um ambiente que possua estantes com livros e/ou outros materiais destinados ao estudante. Pela letra da lei, este conceito não inclui, necessariamente, mesas e cadeiras para que a leitura aconteça na própria biblioteca. Nestes casos, o estudante toma o livro emprestado e a leitura ocorre em outro local. Este é, sem dúvida, um ponto falho no conceito, já que o ideal seria a oferta de um espaço junto à própria biblioteca onde acontecesse a leitura ou estudo.

Sobre tal, verificou-se que 68,2% das instituições escolares de ensino fundamental da rede pública de Juazeiro do Norte da zona urbana - conta com um espaço para leitura/pesquisa associado à biblioteca. *I. e.*, somente um terço das instituições pesquisadas contam, de algum modo, com mesas e cadeiras para que o estudante possa sentar-se ter o acervo da biblioteca à sua disposição.

Dum ou doutro, modo, a inexistência de uma mínima estrutura de recebimento para que o estudante possa usufruir dos benefícios da biblioteca faz diferença, sobretudo quando

se trata de leitores em formação e que, em sua maioria, provém de famílias tradicionalmente não leitoras. Ademais, são estudantes que, geralmente, ajudam em casa, seja nas tarefas cotidianas do lar ou mesmo em alguma atividade profissional que a família desenvolva.

Significa dizer que em casa, tais estudantes – muito provavelmente - não dispõem de tempo para leitura. Não encontrando adequações para leitura na biblioteca, estes estudantes, muito provavelmente não consolidarão suas práticas de leitura. Tal fato, acentua de forma contundente a importância de salas de leitura conjugadas à biblioteca escolar.

Tabela 6 - Escolas urbanas com e sem sala de leitura

Status	Dados percentuais
Com sala de leitura	68,2%
Sem sala de leitura	31,8%

Fonte: dados da pesquisa.

O levantamento de dados também permitiu apurar que o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares de Juazeiro do Norte, instituído pela Lei 3.643, de 22 de março de 2010 conta com somente um bibliotecário em sua gestão. Este bibliotecário trabalha na Secretaria de Educação. Nenhuma biblioteca escolar pesquisada é, diretamente, administrada por bibliotecário. Tal fato, indubitavelmente, minora substancialmente a qualidade do acesso ao acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que quase totalidade das escolas pesquisadas apresentam biblioteca escolar, o que coloca o município em vésperas de contemplar a lei 12.244. Este é, sem dúvidas, um ponto altamente positivo do município. Noutro sentido, as escolas que não dispõem de biblioteca escolar concentram-se, majoritariamente, na zona rural da cidade, o que mostra uma grande disparidade que deve, prontamente, ser dirimida.

Por outro lado, há somente um bibliotecário para gerenciar todo o sistema de bibliotecas do município, quando o juridicamente legal seria que cada biblioteca contasse com um bibliotecário à frente de sua gestão. O município deveria ter 60 (sessenta) bibliotecários e tem apenas 01 (um). Tal número é cabalmente insuficiente. Sobre tal, não há refutação possível

ao fato de que a inexistência de um profissional qualificado e habilitado para tal mister prejudica o andamento geral e o bom funcionamento de tal organismo. Isso faz com que as bibliotecas escolares pesquisadas apresentem um quadro de ingerência da informação, o que acarreta inúmeras deficiências no acesso ao acervo por elas oferecido.

Somente 68% das escolas pesquisadas oferecem sala de leitura/pesquisa aos estudantes, o que impede boa parcela dos estudantes de estudarem na própria biblioteca. Tal fato evidencia que o acesso à informação ainda se dá de forma precária.

Diante de todos estes fatores somados, torna-se inevitável a seguinte conclusão: o município de Juazeiro do Norte apresenta como ponto altamente positivo a quase totalidade de suas escolas com bibliotecas disponíveis aos estudantes. Por outro lado, respondendo ao que foi estabelecido como objetivo geral da presente pesquisa, há severas deficiências no acesso à informação que se oferece aos estudantes. Ficou demonstrado que este acesso não ocorre de forma adequada.

A hipótese inicial, para a qual a maioria das escolas municipais de ensino fundamental II apresentam biblioteca foi corroborada. Resulta igualmente corroborado o fato de que nem todas as bibliotecas escolares apresentam sala de leitura.

Referências

- ANTUNES, Celso. **Trabalhando habilidades**: construindo ideias. São Paulo: Scipione, 2002.
- BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. **A função social da leitura infantil**. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 15, n. 1, set. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518> 924.2003v8n15p47/5235. Acesso em: 10/05/2019.
- CAMPELLO, Bernardete. **A competência informacional na educação para o século XXI**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.07-12.
- CAPURRO, Rafael.; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico: Estudos Filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- IFLA/UNESCO. **Diretrizes para a biblioteca escolar**. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/school-libraries-resource-centers/publications/school-libraryguidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf . Acesso em: 13 jun. 2019.
- LIMA, Mariana. **Apenas 45% das escolas públicas brasileiras têm bibliotecas**. 2019. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/apenas-45-porcento-das-escolas-publicas-brasileiras-tem-bibliotecas/#:~:text=Dados%20do%20Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20da,de%20leitura%20e m%20suas%20instala%C3%A7%C3%B5es..> Acesso em: 21 jan. 2020.
- JARDIM, J. Maria; SILVA, Sergio C. de Albite; NHARRELUGA, R. Simone. **Análise de Políticas públicas**: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. Perspectivas Em Ciência da Informação, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006591&dd1=a44d0>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARTINS, Ana Amélia Lage; REIS, Alcenir Soares dos. **A informação pública como direito e acesso ao poder**: a Lei 12.527/2011 em debate. In: MOURA, Maria Aparecida, org. - A Construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MENEZES, K. L. M. **Conversando com crianças**: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2009.

MIRANDA, António. **A missão da biblioteca pública no Brasil**. Revista de Biblioteconomia de Brasília. 6:1 (jan.-jun. 1978) 69-75.

MUKHERJEE, A. K. **Filosofia da Biblioteconomia**. Trad. Maria das Graças Targino. Teresina: Associação dos Bibliotecários do Estado do Piauí, 1985.

PIMENTEL, Graça. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf. Acesso em 10/06/2019.

SILVA, Aline Gonçalves da. **A Biblioteca pública como fator de inclusão social e digital**: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/bitstream/tde/100/1/silva2012.pdf>. Acesso em 12 jun. 2019.

SILVA, Ana Cristina Oliveira e. **A biblioteca escolar e o acesso ao conhecimento**: classificar e indexar. 2002. Disponível em: http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/9106/1/A_Biblioteca_Escolar_e_o_acesso_ao_conhecimento. Acesso em: 20/11/2019.

SILVA, Maurício da. **Repensando a leitura na escola**: um outro mosaico. EDUFF, 2002.

VIANNA, Márcia Milton. **A organização da coleção**. In: CAMPELLO, Bernardete (Org). A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.43-46.